CONTRA A AUSTERIDADE

A lição da história para a classe trabalhadora

lutafob.org

NENHUM DIREITO A MENOS

O AJUSTE FISCAL É UMA RELAÇÃO DE CLASSE

Nenhum governo capitalista jamais fez ajuste fiscal em benefício da classe trabalhadora. Esta não é uma frase de efeito: é a conclusão que a própria história econômica autoriza, e que o sindicalismo revolucionário formulou muito antes dos economistas.

Para a tradição sindicalista revolucionária reivindicada pela FOB, o Estado não é um árbitro neutro entre as classes. É um aparelho de dominação que organiza a acumulação e administra a exploração. O orçamento público não é técnica contábil. É a expressão material da correlação de forças entre quem vive do trabalho e quem vive da propriedade e da renda.

Por isso a pergunta correta nunca é se o ajuste é "necessário", mas quem paga por ele. A resposta, ao longo de um século, foi sempre a mesma: paga o trabalho, preserva-se o capital.

AUSTERIDADE COMO ORDEM E IDEIA

A austeridade nasceu como resposta contrarrevolucionária. Na Itália e na Grã-Bretanha do pós-Primeira Guerra, os conselhos de fábrica, as ocupações e as greves do biênio vermelho colocavam em questão a própria propriedade privada. Os economistas do Tesouro e dos bancos centrais formularam então um programa de restauração.

Esse programa tinha três faces articuladas:

FISCAL

Corte de gastos sociais e impostos regressivos sobre o consumo.

MONETÁRIA

Juros altos e moeda forte, que produzem desemprego.

INDUSTRIAL

Privatização, repressão sindical e arrocho salarial.

O objetivo declarado era a "estabilidade"; o objetivo real era reimpor a disciplina do trabalho e despolitizar a economia. A austeridade funciona exatamente como planejado: protege a ordem do capital.

A austeridade sofre de uma falácia de composição: se todos cortam ao mesmo tempo, a demanda cai, a arrecadação cai e a dívida sobe. Ela também opera uma inversão: a crise de 2008, produzida pelos bancos, foi convertida em "crise da dívida pública", e a conta foi transferida para quem depende do Estado.

> **As trabalhadoras e trabalhadores e suas frações étnicas que estão na base são chamados a pagar por uma crise produzida no topo. Essa é a função da austeridade: atacar a classe trabalhadora.**

O QUE A HISTÓRIA DEMONSTRA

Os próprios economistas do FMI confirmam o diagnóstico. Estudos da instituição recolheram episódios de ajuste fiscal em 17 países da OCDE entre 1978 e 2009. O resultado: a renda salarial caiu, e lucros e rendas não sofreram efeito significativo. A desigualdade e o desemprego de longa duração subiram.

Os defensores da “responsabilidade fiscal” costumam citar exceções. Mas, examinadas de perto, as exceções confirmam a regra.

CASO	O QUE OCORREU	POR QUE NÃO DESMENTE A TESE
Japão, 1946	Imposto único sobre patrimônio de 25% a 90%	Imposto sob ocupação militar, com as elites derrotadas na guerra. Em 1949, a Dodge Line impôs austeridade e o expurgo de sindicalistas, o que vai culminar inclusive no início da invenção do toyotismo
Alemanha Ocidental, 1952	Imposto de 50% sobre ativos (*Lastenausgleich*)	Parcelado em cerca de 30 anos, com custo anual baixo; financiou refugiados, não salários
EUA e Reino Unido, 1945–1970	Queda da dívida com juros reais negativos e alíquotas de até 91%	Não houve corte de gasto: a dívida caiu por crescimento e inflação, sob forte pressão sindical
Suécia, 1994–1998	Pacote social-democrata com tributação de capital	Também cortou benefícios sociais e dependeu de contenção salarial prolongada

A lição é dupla. Primeiro, a propriedade só pagou quando estava politicamente derrotada: por guerra, ocupação ou ascenso operário. Segundo, mesmo então o resultado foi revertido assim que a ordem se recompôs. Não foi a bondade de governo algum que tocou na riqueza, mas a força organizada dos de baixo ou o colapso dos de cima.

BRASIL: UM SÉCULO DE AJUSTE CONTRA O TRABALHO

No Brasil, a série é ininterrupta. Campos Sales (1898) pagou os credores ingleses com recessão e desemprego. O PAEG de Campos e Bulhões (1964), sob a ditadura, fez o ajuste com arrocho salarial e intervenção nos sindicatos. Vieram depois o Plano Real, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Teto de Gastos (EC 95/2016).

O Arcabouço Fiscal (LC 200/2023), apresentado pelo governo do PT, não rompeu essa linha. Ele limita o crescimento das despesas primárias, mas deixa de fora o pagamento de juros da dívida. O gasto com professores e hospitais tem teto; a remuneração do rentista não tem.

Parece distante, mas não é. Por exemplo, o ajuste fiscal coloca em risco o tempo livre conquistado com o fim da escala 6x1. A Lei 15.077/2024, vinculada ao Novo Arcabouço Fiscal do governo Lula e do Congresso Nacional, limita o aumento real do salário mínimo a **2,5% acima da inflação até 2030**. Sem um reajuste salarial real e digno, o trabalhador vai precisar trocar seu tempo livre por um segundo emprego e arrumar renda extra para sobreviver.

Os efeitos chegaram rápido à educação federal:

- O orçamento de 2024 reduziu em R$ 30 milhões o dos Institutos Federais e em R$ 310 milhões o das universidades.
- Na greve de 2024, o governo ofereceu reajuste zero para 2024, condicionando os anos seguintes ao cumprimento das metas fiscais.

Isso confirma uma tese central do sindicalismo revolucionário: trocar o governo não muda a natureza do Estado. Governos progressistas também administram o orçamento segundo a lógica do capital, porque o capital financeiro, o Banco Central e o Congresso das emendas continuam detendo o poder real.

A RESPOSTA: AÇÃO DIRETA E INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

Se o ajuste é uma relação de forças, a resposta também precisa ser uma relação de forças. Esperar que o próximo governo, a próxima eleição ou a próxima mesa de negociação reverta a austeridade é repetir o erro que a história já refutou.

Nesse sentido, temos que organizar o combate contra o ajuste fiscal e contra o Novo Arcabouço Fiscal, que ataca diretamente os trabalhadores e trabalhadoras. Retomar o método da ação direta e agir como na luta contra a PEC 55 (que virou a Emenda Constitucional nº 95/2016, do ajuste fiscal de Temer), com efetiva ação direta, que só não barrou a medida pelo boicote dos setores social-democratas vinculados ao petismo.



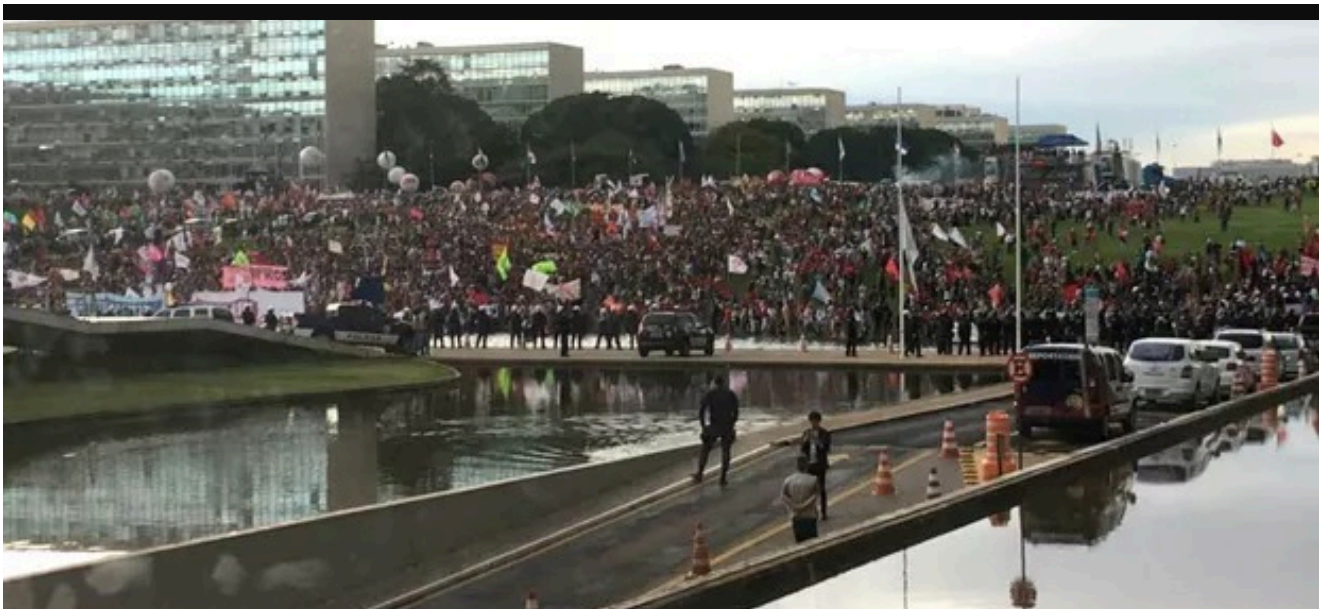
Ação direta contra o ajuste fiscal diante do Congresso Nacional, Brasília.

A tradição sindicalista revolucionária aponta outro caminho:

1. **Independência de classe:** organizações dos trabalhadores autônomas frente ao Estado, aos partidos e às direções sindicais governistas.
2. **Ação direta:** greve, ocupação e mobilização de base como instrumentos de conquista, não de pressão sobre negociadores.
3. **Federalismo e organização pela base:** assembleias locais e comandos de greve que decidem, articulados de baixo para cima.
4. **Unidade com a comunidade:** a luta pela escola e pela universidade públicas é uma luta de estudantes, famílias e bairros, não só de categoria.

Os únicos momentos em que a riqueza foi obrigada a pagar a conta foram aqueles em que as classes proprietárias tiveram medo. A austeridade nasceu justamente para dissipar esse medo. Nossa tarefa é reconstruí-lo, pela organização e pela luta. As ruas nas três últimas semanas, mesmo que direcionadas para toda a campanha eleitoral, exigem um futuro com vida e esperança, e não com a barbárie capitalista. Para garantir o fim da escala 6x1, a saída é lutar por reajuste real do salário e pelo fim do ajuste fiscal.

> **A austeridade nasceu para dissipar o medo dos proprietários. Nossa tarefa é reconstruí-lo, pela organização e pela luta.**



Esplanada dos Ministérios, Brasília: só a organização de massas faz a riqueza pagar a conta.

POR ISSO REIVINDICAMOS

- → **INVESTIMENTO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO PÚBLICAS, COM FIM DAS TERCEIRIZAÇÕES**
- → **TARIFA ZERO**
- → **100% DE AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO**
- → **FIM DAS EMENDAS PARLAMENTARES**

CONTRA O ARCABOUÇO FISCAL E TODA FORMA DE AUSTERIDADE: NENHUM DIREITO A MENOS, NENHUM CENTAVO A MAIS PARA OS CAPITALISTAS.

PARA APROFUNDAR

CLARA MATTEI

A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo

MARK BLYTH

Austeridade: a história de uma ideia perigosa